

**TEORIA DA HISTÓRIA E HERMENÊUTICA:
ACERCA DO ESTATUTO DO TEXTO HISTORIOGRÁFICO**

Fernando Nicolazzi

Mestrando em História UFRGS/Bolsista CNPq

Há quase vinte anos, ao introduzir a obra coletiva *Os lugares da memória*, Pierre Nora sugere que a cisão recente entre memória e história, pelo menos no ambiente francês, ocasionou o despertar de uma “consciência” e de um “cuidado” historiográficos, manifestos, entre outras razões, pelo advento de uma história da história.¹ Há menos de cinco anos, em um artigo com o sugestivo título *A tentação da epistemologia*, François Hartog questiona se o atual momento de auto-reflexão na disciplina historiográfica é apenas um fenômeno passageiro ou se, por outro lado, trata-se do lento estabelecimento de um campo específico de saber, preocupado em pensar sistematicamente a prática dos historiadores.² Algumas evidências apontam para o fato de que aquela consciência e cuidado historiográficos escapam às fronteiras hexagonais da França, e que o presente momento caracteriza-se justamente pela lenta mas constante institucionalização de tal campo de saber. O contexto brasileiro, por exemplo, aponta para tais evidências: a fundação, na ANPUH, de um grupo de trabalho nacional sobre teoria da história e historiografia; algumas linhas de pesquisa em pós-graduação que permitem articular a problemática teórica da história; nas publicações, por sua vez, de um período de relativa inconstância, marcado, sobretudo, pelos trabalhos de José Honório Rodrigues, nas décadas de 50 e 60, e de José Roberto do Amaral Lapa, nas duas seguintes, observa-se, a partir dos anos 90, uma atenção mais constante por parte dos historiadores ao seu próprio ofício, ampliando o leque de questões e possibilitando uma grande variedade de formas de investigação.

Mas Hartog é prudente e, tomando o devido cuidado para não cair em tentação, indaga ainda ao preço de quais reformulações será realmente possível estabelecer esta auto-reflexão de forma contínua, sugerindo para tanto uma “aproximação atenta aos conceitos e aos contextos, às noções e meios, sempre cuidadosa de suas articulações, preocupada com a cognição e com a historização, mas vigilante face ao canto de sereia dos reducionismos”.³ Penso que uma boa maneira de nos prendermos ao mastro da embarcação, resistindo, pois, a este canto, é justamente definir, tanto quanto possível e segundo pressupostos bem fundamentados, o lugar a partir do qual é possível e mesmo viável pensar teoricamente o conhecimento histórico. Nesse sentido, não basta apenas enunciar a teoria, mas convém problematizar a própria enunciação: em que implica uma tal reflexão?, quais os recortes a partir dos quais opera?, se ela se pretende um campo epistemológico

específico, quais os limites desta especificidade?, se ela recorre a outras disciplinas, de que forma pode se apropriar adequadamente dos instrumentos oferecidos por elas?, e ainda, se ela se identifica como um “exercício sistemático de compreensão da memória da história,” de quais procedimentos se vale para determinar a memória da história ou proceder segundo uma história da memória? Parece-me que estas, entre muitas outras possíveis, são indagações importantes a um saber ainda incipiente.

No esforço de responder a algumas delas, parto da tradição teórica alemã e, dentro dela, destaco dois autores em especial, Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck. O primeiro, em um livro recentemente publicado no Brasil, *Razão histórica*,⁴ originalmente de 1983, traz interessantes considerações. O autor define seus objetivos gerais, quais sejam, indicar os fundamentos científicos sobre os quais se ampara a consciência histórica, caracterizando-se uma disciplina singular entre tantas outras formas de relação com o passado, mas também abordar a pretensão racional desta disciplina. A questão da racionalidade, tal como posta por Rüsen, desdobra-se em torno da possibilidade epistemológica da história. O autor coloca a teoria como pressuposto de uma ciência, diferenciando, portanto, a ciência histórica da simples consciência do passado pela ausência, nesta, de uma reflexão teórica. Na teoria, é a aquisição de uma “visão de conjunto” sobre a prática do historiador que é buscada: “a teoria da história tem de apreender, pois, os fatores determinantes do conhecimento histórico que delimitam o campo inteiro da pesquisa histórica e da historiografia, identificá-los um a um e demonstrar sua interdependência sistemática”.⁵ Assim, o teórico alemão salienta o caráter circular da racionalidade histórica, que perpassa carências existenciais de orientação da ação humana no tempo, atravessa a formulação de um conhecimento sobre a temporalidade desta ação – o conhecimento histórico –, abrindo a perspectiva para a elaboração de novas carências segundo concepções de ação variadas. Estabelece-se, com isso, a relação intrínseca entre vida cotidiana, que é um fenômeno histórico, e ciência historiográfica, que pretende dar conta de tal fenômeno. A teoria da história, então, segundo Rüsen, trata desta relação.

Reinhart Koselleck, por sua vez, já há mais de trinta anos vem salientando a importância da reflexão teórica na prática dos historiadores. Em 1969, já afirmara o papel vital da teoria na relação da historiografia com outras disciplinas. Ela teria sua importância centrada na tarefa de conceitualização da historicidade, ou seja, na organização analítica dos diversos estratos de tempo que compõem a ação humana e ordenam a narrativa de tal ação.⁶ Quase duas décadas depois, por conta das celebrações do octogésimo quinto aniversário de Hans George Gadamer, Koselleck sustenta que a teoria da história é, acima de tudo, a teoria das condições de possibilidade da história; ela trabalha, portanto, a partir de sua ambigüidade terminológica, a saber, tanto os contextos onde se dão os acontecimentos quanto a maneira de apresentá-los em uma narração específica.⁷

Das considerações de ambos os autores, o que importa aqui reter, tendo por objetivo uma delimitação mais precisa de um possível campo de atuação para a reflexão teórica, entretanto, não diz respeito às carências de ordem existencial ou às condições ontológicas dos acontecimentos, mas incide decisivamente no conhecimento histórico que é produzido e, conseqüentemente, nas condições de possibilidade para a representação do fenômeno histórico. Em outras palavras, teoria da história é aqui entendida e praticada como um estudo que tem por objeto especialmente o texto historiográfico cuja função é narrar uma história: ela não trata de uma concepção meta-histórica do devir, mas examina a produção textual de significados sobre o devir; não se preocupa com a condição de emergência dos eventos, mas analisa a representação dos mesmos em histórias dadas à interpretação, ou seja, à leitura. Dessa maneira, pretendo apontar nesta apresentação a temática do texto como via de acesso para se pensar a escrita de história e o conhecimento propriamente historiográfico. Com isso, reconheço e assumo a importância das constatações do professor Manoel Salgado, para quem, na tarefa desmistificadora da historiografia, “os textos de História deixam de ser meros pretextos para se constituírem em núcleo central da investigação historiográfica”,⁸ e também de Frank Ankersmit, o qual considera que “para a nova historiografia, o texto deve ser central – não é mais uma camada para a qual alguém olha *através* (seja em direção a uma realidade passada, seja em direção à autoria intencional do historiador), mas algo para o qual o historiógrafo deve olhar *sobre*”.⁹

Nesse sentido, entre duas posições polarizadas, a de Henri-Irenée Marrou (1954), para quem a escrita é mera exigência de caráter prático do historiador, sendo o texto apenas a transcrição de um conhecimento produzido no espírito do historiador, e a de Roland Barthes (1967), segundo o qual os fatos não têm existência senão lingüística e, por conseguinte, o texto assume plenamente o lugar do conhecimento como estrutura significante: não existe conhecimento que não seja textual assim como não existe realidade no texto que não seja a da palavra,¹⁰ entre tais posições, é possível perceber considerações diversas apresentadas por outros historiadores. O livro *Como se escreve a história* (1971) de Paul Veyne,¹¹ por exemplo, segundo Michel de Certeau, constitui-se como uma “epistemologia de transição”, abrindo um problema novo e fundamental que “diz respeito ao fato de que a epistemologia, ontem organizada em relação ao ‘objeto’ e ao real, refluí hoje sobre a linguagem. (...) Nós passamos assim de uma realidade histórica ‘recebida’ em um texto, para uma realidade textual ‘produzida’ por uma operação cujas normas são previamente fixadas”.¹²

Em 1975, na sua definição desta operação historiográfica, Certeau sugere que o discurso histórico se caracteriza como “um texto que organiza unidades de sentido (frases, conceitos, citações, etc.) e nelas opera transformações cujas regras são determináveis”.¹³ Pode-se sugerir a partir disto que o texto de história, uma vez que encerra num discurso específico certa racionalidade histórica, definida pelos procedimentos relativos à pesquisa engendrada e pela concepção de

história nela implícita, apresenta-se como via privilegiada para a apreensão desta mesma racionalidade, escopo principal da teoria da história que aqui se apresenta. Trata-se de uma operação que obedece tanto ao aparato de remissões feitas pelo historiador, seja de documentos ou de outros textos de história, quanto ao estabelecimento de “recortes semânticos”, ou seja, à conceituação do fenômeno histórico. O texto pode ser pensado como referência de valor para a operação historiográfica, dando-lhe credibilidade e autenticidade, pela construção retórica da prova, e lógica explicativa, pela construção poética da narrativa.

Nas reflexões de Koselleck, ainda que ele não discorra diretamente sobre o texto historiográfico e sim sobre as relações entre linguagem e história, é possível encontrar elementos para o estabelecimento de um possível estatuto para o texto historiográfico. O historiador alemão salienta que a história, na sua temporalidade própria, tem um modo de ser específico, diferente da linguagem que procura tê-la como referência, seja ela feita antes, depois ou simultânea aos eventos. Por outro lado, ambas se condicionam mutuamente, mantendo entre si uma tensão que se reflete tanto no campo discursivo quanto no espaço de ação: “toda linguagem é historicamente condicionada e toda história é lingüisticamente condicionada”.¹⁴ Central em suas pesquisas, as quais versam essencialmente sobre a história dos conceitos, suas definições sobre o conceito permitem ainda alternativas interessantes. Na medida em que todo conceito é ao mesmo tempo *indicador* do real, de algo que se situa no exterior da linguagem, como *fator* de realidade (efetivo enquanto fenômeno lingüístico), pois a partir de eventos de linguagem se pode atuar sobre a realidade concreta, Koselleck, então, chega a uma conclusão fundamental para o presente trabalho: “a linguagem conceitual é um meio em si mesmo consistente para tematizar a capacidade da experiência e a vigência das teorias”.¹⁵ Deste modo, o texto de história pode tanto ser trabalhado como objeto para uma investigação historiográfica como pode se constituir enquanto recorte a partir do qual esta mesma investigação é problematizada, indagando-se, por exemplo, quanto à viabilidade da utilização de seu instrumental analítico, ou seja, de seus conceitos operatórios.

Entendendo, por conseguinte, o texto menos como objeto do que como recorte, há que se precisar os procedimentos para sua investigação. Aqui, os trabalhos de Paul Ricoeur são de extrema valia. Sua postura hermenêutica permite rejeitar as dicotomias reducionistas que separam totalmente a experiência do discurso, ou seja, a história da linguagem, tornando possível o tráfego da ação ao texto e do texto à ação. A concepção por ele oferecida da referência entre tempo e narrativa por meio da “tessitura da intriga”, considera a construção do texto segundo o trabalho da tríplice mimese. O texto em si é compreendido como momento de *configuração da ação*, ao qual precede uma *prefiguração do campo prático* e segue uma *re-figuração pela recepção* por parte do leitor. O que Ricoeur pretende com isso é apontar a temporalidade em três níveis que compõe a escrita da história: em primeiro lugar, o historiador parte de uma pré-compreensão da experiência histórica em

seu contato com os vestígios do passado; em seguida, tal experiência é “significada” por sua inscrição em um texto específico que obedece a uma série de parâmetros formulados pelas determinações do lugar onde é produzido (Certeau); por fim, a experiência narrada no texto se abre na leitura, ganhando um significado particular de acordo com a dialética entre as intenções do texto e o horizonte de expectativa do leitor que o lê.¹⁶

Uma primeira questão se coloca: qual a capacidade do texto historiográfico em narrar uma experiência possibilitando sua transmissão, isto é, como é possível à narrativa de história representar o passado? Segundo Ricoeur, entre o historiador e o seu leitor, estabelece-se um pacto tácito de leitura através do qual espera-se uma narrativa verdadeira e não uma ficção. O texto aparece aqui como uma espécie de parâmetro de medida: é ele que pode atestar o cumprimento ou não do pacto. Dessa maneira, no fazer da história pelo historiador, o texto historiográfico ocupa um terceiro nível, o que não quer dizer uma etapa sucessiva, onde os dois outros remetem tanto ao nível documental de crítica do testemunho e de trabalho sobre as “marcas do passado”, quanto ao nível analítico de explicação/compreensão do fenômeno histórico. O filósofo francês sugere, então, o caminho que segue da representação à noção de *representância*, a qual implica no caráter ativo da intenção de verdade e na capacidade representativa do discurso historiográfico. Na origem desta problemática de veracidade da história, ele coloca a questão da fidelidade da memória, ou seja, da credibilidade daquele que profere um testemunho. Contudo, esta “potência representativa” do texto de história encontra limitações colocadas pelos seus aspectos literários: a narrativa que o constitui, os elementos de retórica nele compreendidos, etc. Conseqüentemente, sua “pulsão referencial” é desde sempre comprometida pela própria escrita da história. Isto não implica, de maneira nenhuma, em recusar a possibilidade de se representar acontecimentos que efetivamente sucederam, e aqui a idéia do holocausto como evento-limite, inenarrável historiograficamente, é rejeitada de forma positiva: não se trata de um acontecimento em si irrepresentável, mas de uma impossibilidade textual de representá-lo em sua plenitude.

A escrita da história é marcada pela presença do ausente; mais que mero jogo de linguagem, este oxímoro remete à distinção fundamental entre uma imagem presente de um ausente irreal (literatura) e de uma imagem presente de um ausente anterior (história). Com isso, Ricoeur argumenta que o texto de história possui realmente um referente externo a ele (o real enquanto passado), mas tal texto permanece sob o signo da representância, isto é, da possibilidade de representação e do inacabado da tarefa: nas palavras do autor, “a palavra ‘representância’ condensa em si mesma todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas a isto que chamamos, de outra maneira, a intenção ou intencionalidade do historiador: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico de construções constituindo reconstruções do curso passado dos eventos”.¹⁷

A hermenêutica de Ricoeur oferece ainda um procedimento teórico pelo qual um texto, e em especial o texto de história, pode ser interpretado. Distanciando-se da postura estruturalista, que compreende a linguagem enquanto sistema, a filosofia reflexiva de Ricoeur considera-a como obra de discurso. Trata-se de um percurso teórico que, da semiótica do signo (Saussure), passa pela semântica da frase (Benveniste) resultando em uma *hermenêutica do discurso*, e, neste caso, do discurso historiográfico. O discurso é, então, definido segundo uma dupla perspectiva: tanto como acontecimento de linguagem único, passível, porém, de atualização, quanto seu conteúdo proposicional, uma vez que todo discurso é condicionado por uma predicação, ou seja, pela intenção de dizer algo. Nesse sentido, sua dimensão temporal existe em três momentos: o locutor e sua intenção, a locução e sua predicação, o interlocutor e sua recepção (autor, texto e leitor). Dessa maneira, é possível atribuir ao discurso certa autonomia em relação à intenção original do autor, mas também em relação às expectativas próprias do leitor. Autonomia essa que, ao invés de centrar a análise na estrutura interna do discurso à maneira formalista, opera por meio do espaço intersubjetivo de troca de experiência, ou seja, o texto traz em si uma experiência como conteúdo proposicional e permite ao leitor a abertura desta experiência, segundo sua expectativa pessoal. Assim, para a hermenêutica, não é apenas colocada a questão do sentido da narrativa historiográfica (o *quê* do discurso), mas também a questão da sua referência externa, do passado como qualidade de um real anterior (o *acerca de quê* do discurso).

Interpretar um texto de história é apreendê-lo em sua autonomia relativa, não apenas à procura das intenções originais de seu autor, tal como procedia a hermenêutica romântica do século XIX, mas investigando também aquilo que o texto em si informa ao leitor: o significado de uma experiência narrada e a qualidade empírica das ações que a compreendem. Afinal, é pelo ato fundamental de interpretação que um texto desvela todo o seu potencial: “o texto fala de um mundo possível e de um modo possível de alguém nele se orientar. As dimensões deste mundo são propriamente abertas e descortinadas pelo texto. O discurso é, para a linguagem escrita, o equivalente da referência ostensiva para a linguagem falada. Vai além da mera função de apontar e mostrar o que já existe e, neste sentido, transcende a função da referência ostensiva, ligada à linguagem falada. Aqui, mostrar é ao mesmo tempo criar um novo modo de ser”.¹⁸

Portanto, a partir dessas colocações gerais, penso ser possível inferir que uma análise teórica sobre a escrita da história pode legitimamente recorrer ao procedimento interpretativo desenvolvido pela filosofia hermenêutica de Paul Ricoeur, tomando o texto de história, em sua materialidade plena, como paradigma de análise. O historiador tem por intenção narrar determinada experiência que efetivamente aconteceu, ou seja, dotar um campo discursivo com um conteúdo referencial que não é por ele produzido mas encontra-se exterior a ele, no espaço da ação humana, ao qual é possível o acesso via a análise documental. Em poucas palavras, pode ser dito que o texto de

história é a inscrição da experiência mediante procedimentos estabelecidos (análise de fontes, crítica de testemunhos, adoção de métodos, estruturação da exposição, etc.), sendo apenas na prática da leitura que ele encontra seu momento de completude.

Para finalizar, recorro às palavras de Eric Vigne que, discorrendo sobre a obra de Ricoeur, considera que, “para a hermenêutica, o mundo do texto é um mundo do face-a-face. O texto histórico – quer dizer, a narração feita por um historiador – o mostra: ele também se beneficia da dupla dimensão da estruturação como obra e da potência desta de se projetar para fora dela mesma e de gerar um mundo que seja a coisa do texto, ‘apropriável’ pelo leitor na sua polissemia existencial”.¹⁹ Isto não implica em uma fetichização do texto em detrimento do caráter compreensivo do conhecimento, tampouco significa reduzir a escrita de história a um simples gênero literário, ao mero formalismo narrativo; isto equivale, por sua vez, a estabelecer um estatuto positivo ao texto historiográfico, assumindo sua intenção de veracidade, isto é, seu potencial representativo, mas percebendo os limites que determinam sua incompletude, ou seja, sua representância. Assim, trata-se de tematizar a transição de um momento em que a história visava os acontecimentos “tal como efetivamente se sucederam”, para um momento em que a história visa os acontecimentos tal como provavelmente se sucederam e segundo as possibilidades inerentes a eles para sua representação. Postura um tanto mais modesta, é bem verdade, mas que guarda para com o leitor uma honestidade mais bem definida das intenções do autor. Parece-me, por fim, que muito mais que lamentar uma tal crise de inteligibilidade do conhecimento histórico, esta postura permite problematizar com maior meticulosidade esta mesma inteligibilidade, colocando em questão sua própria materialidade, ou seja, o texto produzido pelo historiador.

Notas

¹ NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: *Les lieux de mémoire*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1984, p. 23-43.

² HARTOG, François. “La tentation de l’épistemologie”. In: *Le Débat*, nº 112, novembre-décembre, 2000, p. 80-83.

³ *Ibid.*, p. 82.

⁴ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2001.

⁵ *Ibid.*, p. 29.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. “On the need of theory in the discipline of history”. In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002, p. 1-19.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Théorie de l’histoire et herméneutique”. In: *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997, p. 181-199.

⁸ SALGADO, Manoel. “Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000, p. 32.

⁹ ANKERSMIT, Frank. *The reality effect in the writing of history; the dynamics of historiographical topology*. Amsterdam: Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen, 1989, p. 8.

¹⁰ MARROU, Henri-Irenée. *Do conhecimento histórico*. trad. de Ruy Belo. Lisboa: Ed. Pedagógica Universitária, s/d; BARTHES, Roland. “O discurso da história”. In: *O rumor da língua*. trad. de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 121-130.

¹¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UNB, 1998.

¹² CERTEAU, Michel de. “Une épistemologie de transition: Paul Veyne”. In: *Annales ESC*, nº 6, nov./dec., 1972, p. 1316-1327.

¹³ CERTEAU, Michel de. *L’écriture de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1975, p. 53.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Linguistic change and the history of events”. In: *The Journal of Modern History*, vol. 61, nº 4, December 1989, p. 649.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Historia conceptual e historia social”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993, p. 118.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I e III. trad. Constança Marcondes Cesar e Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994 e 1997.

¹⁷ Para tais questões, ver RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998, p. 07-31; RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. In: *Annales HSS*, nº 4, juillet-août, 2000, p. 731-747; RICOEUR, Paul. “La représentation historique”. In: *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 302-369.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*. trad. de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 99. Ver ainda RICOEUR, Paul. *De l’interprétation: essai sur Freud*. Livro I. Paris: Éditions du Seuil, 1965; RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990; RICOEUR, Paul. *Do texto à acção. Ensaio de hermenêutica II*. trad. de Maria José Sarabando e Alcino Cartaxo. Lisboa: Rés Editora, s/d.

¹⁹ VIGNE, Eric. “L’intrigue mode d’emploi”. In: *Esprit*, nº 7-8, juillet-août, 1988, p. 155.